

XII Sessão Cultural Conjunta
Academia de Marinha
Instituto de Cultura Europeia e Atlântica
31 de Maio de 2016

Timor

**Comemorações da chegada
dos Portugueses em 1515**



2017

Ficha Técnica

Título: Timor – Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515

Edição: Academia de Marinha, Lisboa

Coordenação e revisão: José dos Santos Maia e Luís Couto Soares

Contracapa: Selo lançado pelos CTT, comemorativo dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor

Data: Abril 2017

Tiragem: 200 exemplares

Impressão e Acabamento: ACD PRINT, S.A.

Depósito Legal: 424152/17

ISBN: 978-972-781-132-8

Índice

Nota introdutória	7
COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NA ACADEMIA DE MARINHA EM 31 DE MAIO DE 2016, NA XII SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O INSTITUTO DE CULTURA EUROPEIA E ATLÂNTICA	
Da chegada dos Portugueses a Timor até ao fim do processo da Independência	9
Adriano Alves Moreira	
Timor: de território desamparado a país reconhecido. Acertos e desacertos na sua história	13
Artur Teodoro de Matos	
Revisitar dois estudos sobre Timor no tempo do Grupo de Estudos de História Marítima e do Centro de Estudos de Marinha. 1970-1971	23
João Abel da Fonseca	
A presença da Marinha em Timor	29
José Leiria Pinto	
OUTRAS COMUNICAÇÕES	
Na senda de Chineses, Árabes e Jaus – notas sobre a chegada dos Portugueses a Timor	37
Paulo Sousa Pinto <i>Apresentação na Academia de Marinha em 20 de Setembro de 2016</i>	
O régulo timorense D. Aleixo Corte-Real	45
Humberto Leitão <i>Facsimile do livro O régulo timorense D. Aleixo Corte-Real, Edição do Grupo de Estudos de História Marítima, Lisboa, 1970</i>	
Notas sobre a vida marítima em Timor	73
Luís Filipe Reis Thomaz <i>Apresentação no Centro de Estudos de Marinha em 19 de Novembro de 1975 Facsimile da comunicação “Notas sobre a vida marítima em Timor”, in Memórias, Volume VI, Centro de Estudos de Marinha, Lisboa, 1977, pp. 91-110</i>	

NA SENDA DE CHINESES, ÁRABES E JAUS NOTAS SOBRE A CHEGADA DOS PORTUGUESES A TIMOR

Comunicação apresentada pelo académico
Paulo Sousa Pinto, em 20 de Setembro de 2016

Em 1506, em carta escrita ao vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida, o rei D. Manuel manifestava alguma impaciência e dava instruções concretas e urgentes acerca de um assunto que tinha ficado mal definido no regimento que D. Francisco recebera no ano anterior: a necessidade de atingir rapidamente Malaca. Notícias de uma armada castelhana que estaria alegadamente a ser preparada com esse destino e a incerteza da localização exata da cidade dentro da área de influência portuguesa definida em Tordesilhas levaram D. Manuel a pressionar o vice-rei para avançar de imediato. Para o efeito, este deveria juntar a maior parte dos recursos navais à sua disposição e comandar pessoalmente a expedição, obter todas as informações sobre a cidade e o seu trato, fazer um tratado de comércio com o rei de Malaca e construir aí uma fortaleza, “ora fosse com prazer dos da terra, ora sem ele, se eles nisso não quisessem vir por suas vontades”¹.

D. Francisco de Almeida não cumpriu as disposições régias, limitando-se a enviar Baltasar, filho de Gaspar da Gama, acompanhado de Francisco Pereira e Estevão de Vilhena, mas a comitiva foi atacada algures na costa do Coromandel e a missão fracassou². Perante o impasse, o rei decidiu enviar Diogo Lopes de Sequeira diretamente de Lisboa, com ordens idênticas às emitidas anteriormente. O resto da história é bem conhecido: a expedição atingiu Malaca em 1509, mas os problemas que aí enfrentou adiaram, mais uma vez, a fixação dos portugueses na região, o que só foi conseguido com a conquista da cidade por Afonso de Albuquerque, em agosto de 1511.

Com a conquista de Malaca, os portugueses passaram a dispor da base ideal para explorar as redes de comércio que se articulavam na cidade, onde afluía todo o tipo de produtos provenientes das regiões a leste do Estreito. Foi portanto em Malaca, mais exatamente junto das comunidades mercantis asiáticas que frequentavam o porto, que os portugueses obtiveram informações precisas sobre rotas, portos e as regiões de origem de uma ampla variedade de mercadorias. Entre elas constava o sândalo, com uma origem específica: Timor.

O sândalo branco (*Santalum album* L.) crescia em abundância em Timor e era, portanto, o produto que distinguia a ilha de outras paragens das Pequenas Sunda, o rosário insular a leste de Java. Era uma madeira aromática muito apreciada na Índia, na

¹ Carta de D. Manuel a D. Francisco de Almeida, 1506, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente / Insulíndia*, Lisboa, 1954, vol. I, p. 3-15.

² Carta de Gaspar da Gama a D. Manuel I, 16.11.1506, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1898, vol. II, pp. 377-378.

China e mesmo na Europa, desde a Antiguidade. Tinha diversos usos, nomeadamente o farmacêutico, sendo especialmente apreciada na China, onde era utilizada como incenso nas cerimónias religiosas³. Ao seu valor comercial somava-se a sua durabilidade e resistência, uma vez que, e ao contrário das especiarias, não se degradava com o transporte nem sofria quebras no peso.

A presença em Malaca colocou, assim, os portugueses em contacto direto com o sândalo e com as informações práticas sobre a sua origem e acesso. A *Suma Oriental* de Tomé Pires, redigida em Malaca pouco depois da conquista portuguesa, reporta a abundância de sândalo que afluía à cidade e faz eco dos dados que circulavam nos meios mercantis acerca do assunto. A menção de duas ilhas com o nome de Timor diz respeito, possivelmente, à ilha em si e a Sumba, onde também existia sândalo.

“Todas as ilhas de Java para diante se chamam Timor, porque na linguagem da terra Timor quer dizer “levantar”, como se dissessem “as ilhas de Levante”. Por principal se chamam as ilhas de Timor estas duas de onde vêm os sândalos. As ilhas de Timor são de reis gentios. Nestas duas há grande soma de sândalos brancos, valem muito barato porque os matos não têm outra madeira. Dizem os mercadores malaio que Deus criou Timor de sândalos e Banda de maçãs e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias haja, somente nestas. E eu perguntei e inquiri diligentemente se estas mercadorias havia em outra parte, e todos disseram que não”⁴.

Duarte Barbosa, que escreveu o seu *Livro* sensivelmente pela mesma altura que Tomé Pires redigiu a *Suma Oriental*, regista as informações que circulavam na Índia sobre o sândalo: era apreciado e valioso, tanto ali como na Pérsia, e obtido em troca de armas, tecidos, porcelanas, estanho e chumbo, entre outros produtos⁵.

A localização e navegação para Timor era, deste modo, conhecimento corrente nos círculos mercantis asiáticos, onde os portugueses procuravam penetrar e de onde retiraram as informações mais relevantes. Mas o que revelam exatamente as fontes asiáticas sobre a ilha, na época anterior à chegada dos portugueses?

Sendo Malaca o sultanato responsável, em boa parte, pela difusão do islão pelo arquipélago malaio-indonésio ao longo do século XV e constituindo um ponto de apoio fundamental para as várias comunidades mercantis muçulmanas do Índico, poder-se-ia supor que os roteiros árabes constituíssem a fonte mais importante. A situação peculiar de Timor, onde o islão nunca tinha penetrado e onde não existiam centros urbanos e poderes políticos que merecessem a atenção de cacizes e *ulema*, contrariava porém esta expectativa. O facto de a ilha estar localizada nos limites das rotas comerciais e afastada

³ John Villiers, “As derradeiras do mundo: The Dominican Missions and the Sandalwood Trade in the Lesser Sunda Islands in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 573-574.

⁴ Tomé Pires, *Suma Oriental*, Coimbra, 1978, pp. 328-329.

⁵ Duarte Barbosa, *Livro do que viu e ouviu no Oriente* Duarte Barbosa, Lisboa, 1989, p. 151.

dos principais centros de difusão da língua, religião e cultura malaia constituía um fator adicional.

A localização remota da ilha não impediu, contudo, que constasse nos roteiros árabes. Os trabalhos do célebre Ibn Majid contêm referências a Timor, embora de forma confusa e, por vezes, contraditória, mencionando “Timor Lor” e Timor Kidul”, ou seja, Timor Norte e Timor Sul. É no trabalho de Sulaiman al-Mahri (1480-1550) que se encontra a informação mais detalhada: “É sabido igualmente que a sul da ilha de Java encontram-se muitas ilhas chamadas Timor, e que a leste de Timor estão as ilhas de Banda, também em grande número. Estas últimas são lugares de sândalo, aloés e maça. As ilhas chamadas de “Ilhas do Cravo” estão a leste de Java; chamam-se Maluco”⁶.

A informação sobre as “ilhas” de Timor contida no tratado de Sulaiman al-Mahri é semelhante à da *Suma Oriental* e revela um dado importante: *timur* significa “leste” em malaio-indonésio, o que denota a posição extravagante que a ilha ocupava em relação aos principais centros mercantis a oeste, nomeadamente Malaca. Revela igualmente um grau considerável de imprecisão, tanto pelo erro no alinhamento e na posição relativa das várias ilhas, como pelo uso de “Timor” no plural.

A ilha está igualmente presente no *Negarakertagama*, a obra cortesã elaborada em 1365 no império javanês de Majapahit com o objetivo de glorificar o rei Hayam Wuruk (1334-1389). No seu canto 14, ao arrolar as ilhas e reinos vassalos de Majapahit que se localizavam a leste de Java, consta o nome de Timor⁷.

As fontes asiáticas mais relevantes são, contudo, as chinesas, embora não sejam as mais remotas. De facto, e segundo alguns autores, é possível que Timor conste no *Ramayana* que, a par de outras tradições hindus que fazem referência aos *Malaya Dvipa* e aos “mares do Sul” de onde provinha o sândalo, menciona a montanha “Rsabha”, hipoteticamente localizada na ilha⁸. Contudo, as fontes chinesas são as que revelam maior volume de informações acerca do papel que a ilha desempenhava nos séculos anteriores à chegada dos portugueses, não no que diz respeito à relação com os centros “ocidentais”, mas no que revelam do contacto e grau de conhecimento que dela tinha a civilização chinesa, a norte.

Timor surge nas fontes chinesas a partir dos meados do século XIII, o que indica que a ilha passou a fazer parte dos circuitos de navegação dos mercadores chineses ainda sob a dinastia Yuan, naturalmente associado à procura e consumo de sândalo nos mercados chineses. A referência mais antiga é do *Ju Fan Zhi* (c. 1250), que menciona o sândalo e o país “Diwu” de onde provinha. O *Song Shih* (Anais da Dinastia Song) chama-lhe “Dimen”. Porém, o principal repositório de informações sobre Timor provém do *Daoyi*

⁶ G. R. Tibbets, *A Study of the Arabic Texts Containing Material on Southeast Asia*, Leiden/ Londres, 1979, p. 217.

⁷ Th. Pigeaud (ed.), *Java in the 14th Century – a study in cultural history*, The Hague, 1960, vol. III, p. 17.

⁸ Robin A. Donkin, *Between East and West – The Moluccas and the Traffic in Spices up to the arrival of Europeans*, Filadélfia, 2003, p. 54

Zhi Lüe, a obra do viajante chinês Wang Dayuan, escrita nos meados do século XIV e que contém a primeira descrição conhecida da ilha:

“Dimen [Timor] está situado a nordeste de Zhong Jia Luo [Java]. Nas suas montanhas não crescem outras árvores senão sândalo, que é muito abundante. É trocado por prata, ferro, tijelas [de porcelana], tecidos dos países ocidentais e tafetás coloridos. Existem no total doze localidades que podem ser chamadas de portos. Existe um chefe local. O solo é adequado para o cultivo de cereal. O clima é irregular, quente durante o dia e fresco à noite. Os hábitos dos nativos são obscenos. Os homens e as mulheres cortam os cabelos e envergam camisas curtas de algodão. (...) Os preços das bebidas espirituosas e da carne são razoáveis. As mulheres são desavergonhadas.”⁹

O grau de pormenor da descrição de Wang Dayuan, assim como a forma como relata um episódio ocorrido na ilha com a tripulação de um junco chinês, são prováveis indicadores de ter o próprio visitado Timor numa das suas viagens, além do facto de o autor assegurar ter conhecido os locais que descreve. Esta questão não está, contudo, isenta de dúvidas¹⁰.

A certa altura, mais precisamente por volta da 2ª metade do século XIV, as referências a Timor desaparecem nas fontes chinesas para ressurgirem numa época posterior. Uma explicação possível para este vazio é adiantada por Roderich Ptak, que sugere como causa a instabilidade política na região de Sulu-Bornéu, que terá interrompido a rota tradicional que ligava as cidades costeiras do Fujian às regiões meridionais¹¹.

Determinar se a ilha foi ou não visitada por uma das célebres expedições do almirante Zheng He, nas primeiras décadas do século XV e já no contexto da nova dinastia Ming, é uma tarefa difícil de levar a cabo de forma satisfatória. Por um lado, existe um relato de uma das viagens, da autoria de Fei Xin, que descreve Timor, podendo daí deduzir-se que a ilha foi incluída no périplo de uma das armadas¹². Contudo, o texto respeitante a Timor integra a parte da obra que o autor apenas conheceu por terceiros e a sua descrição é praticamente decalcada das informações de Wang Dayuan. Além disso, a presunção de que a frota de Zheng He terá visitado a ilha teve origem numa fonte posterior e não num relato contemporâneo, embora não seja de excluir a hipótese de alguns navios ali terem aportado, enquanto o grosso da armada se dirigia para Java e outras paragens do arquipélago¹³.

⁹ Roderich Ptak, “Some References to Timor in Old Chinese Records”, *Ming Studies*, 17, 1983, p. 37 (tradução minha).

¹⁰ Roderich Ptak, “Wang Dayuan on Kerala”, in *Explorations in the History of South Asia*, Nova Delhi, 2001, p. 40.

¹¹ Roderich Ptak, “Ming Maritime Trade to Southeast Asia, 1368-1567: Visions of a System”, in *From the Mediterranean to the China Sea: Miscellaneous Notes*, Wiesbaden, 1998, p. 162.

¹² José Manuel Malhão Pereira, *Estudos da História da Náutica e das Navegações de Alto-Mar*, Lisboa, 2012, p. 63.

¹³ Roderich Ptak, “Some References”, p. 38.

Seja como for, a prática de navegação chinesa para Timor, ao longo do século XV, é confirmada pelos dados contidos no *Shun Feng Xiang Song*, o roteiro anónimo composto por volta de 1430 mas que inclui incorporações posteriores. A obra contém instruções de navegação para uma centena de destinos e portos diferentes, desde o arquipélago nipónico a Ormuz e Adém. Timor (“Chi Wen”) constitui o seu limite meridional¹⁴.

Ao contrário do que ocorria noutras ilhas da Insulíndia Oriental produtoras de mercadorias de valor que circulavam nas redes de comércio, como Ternate ou Banda, as populações timorenses não possuíam tradição marítima e, por consequência, os contactos de Timor com o exterior eram feitos por intermédio dos mercadores estrangeiros que procuravam a ilha para adquirir os produtos que esta fornecia aos mercados asiáticos: sândalo, cera e escravos. O contacto de Timor com o mundo exterior fazia-se, portanto, por duas vias e rotas principais: com a China a norte, via Bornéu e Sulu e, a partir de certa altura, Makassar, e com Malaca e os portos javaneses a oeste, ao longo do rosário de ilhas que se estendia até Samatra. O conhecimento dos portugueses foi naturalmente obtido por esta última via, após a conquista de Malaca.

Uma das características mais interessantes da presença portuguesa na Ásia, e nesta região em particular, foi a forma conservadora como capitães, feitores e agentes comerciais se imiscuíram nas redes comerciais que existiam, adaptando-se às práticas vigentes. Em Malaca, esta faceta era particularmente notória: senhores de uma posição privilegiada mas cercados por sultanatos potencialmente hostis, longe da costa ocidental indiana onde estava concentrado o seu poderio militar e naval e, finalmente, cientes das suas limitações no que toca a recursos humanos e materiais, os portugueses em Malaca procuravam parcerias, entendimentos e simbioses com as comunidades mercantis que lhes haviam sorrido aquando da tomada da cidade, nomeadamente os chineses e os que-lins. Era necessário captar o seu apoio e ganhar a sua confiança, utilizar os seus recursos e conhecimentos, partilhar lucros e oportunidades de negócio.

O governador Afonso de Albuquerque, nos meses em que permaneceu em Malaca, procedeu ao envio de emissários aos reinos vizinhos e despachou armadas de reconhecimento das rotas mais importantes. Uma delas largou em novembro de 1511 com o objetivo de atingir os arquipélagos das Molucas e de Banda, a fim de estabelecer uma ligação regular e permitir o abastecimento de cravo e de noz-moscada, as especiarias ali produzidas, respetivamente. Não foi por acaso que a bordo de um dos navios tenha seguido o cartógrafo Francisco Rodrigues e dois pilotos malaaios e que a partida da armada tenha sido antecedida, em alguns dias, da saída do juncos do *nahkoda* (“capitão”) Ismael, um chinês de Malaca, que levava mercadorias para resgatar nas Molucas¹⁵.

Timor não era objetivo a atingir e não é crível que a armada por lá tenha passado, apesar do seu percurso atribulado. No entanto, foi desta viagem que resultou o primeiro

¹⁴ J. V. Mills, “Chinese Navigators in Insulinde about A.D. 1500”, *Archipel*, 18, 1979, p. 70-72.

¹⁵ Manuel Lobato, “António de Abreu”, in *Dicionário da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 2016, vol. I, pp. 15-16; Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, 1833, liv. III, cap. LXXV, p. 257.

documento português sobre Timor, uma representação cartográfica da ilha elaborada por Francisco Rodrigues, com a legenda “a ilha de Timor onde nasce o sândalo”.

A data da chegada dos primeiros portugueses a Timor permanece uma questão em aberto, à qual não é ainda possível responder com segurança devido à falta de informação conclusiva. Assume-se como provável que tenha ocorrido em 1515, embora esta presunção permaneça, até ao surgimento de novos dados, uma mera hipótese. As informações constam em duas célebres cartas do capitão de Malaca Rui de Brito Patalim, uma dirigida a Afonso de Albuquerque e a outra ao próprio rei, escritas no mesmo dia. Na primeira, pode ler-se que “a Timor quisera mandar e, por não ter junco, não foram esta monção lá; para o ano, prazendo a Nosso Senhor, irão lá, para trazerem o sândalo; é muito boa navegação”; já na segunda, Rui de Brito afirma que “Timor é de uma ilha além de Java; tem muito sândalo, muito mel, muita cera; não tem juncos para navegar. É ilha grande de cafres. Por não haver junco não foram lá”¹⁶.

Rui de Brito revela, portanto, que não lhe fora possível enviar um navio a Timor, por não o ter disponível, mas que o faria na monção seguinte, ou seja, em finais de dezembro de 1514 ou em janeiro de 1515, quando sopravam os ventos propícios para a viagem. Decorre ainda da informação lacónica o facto de se tratar de uma rota bem conhecida dos mercadores que poderia ser realizada sem qualquer dificuldade.

A primeira informação concreta sobre a chegada dos portugueses a Timor é um pouco posterior e, infelizmente, encontra-se envolvida em alguma imprecisão. Trata-se de uma carta de Pero de Faria ao rei e está datada de 5 de janeiro de 1517. No entanto, esta data é inverosímil porque relata eventos posteriores a essa data. A carta descreve os atos e abusos cometidos por Jorge de Brito, capitão de Malaca, e pelo seu cunhado, o feitor da fortaleza. Na carta, Pero de Faria relata a morte do capitão e os eventos que se lhe seguiram, pelo que não pode ter sido escrita a 5 de janeiro de 1517, porque Jorge de Brito morreu em meados desse ano. A hipótese mais provável é, portanto, que o ano correto seja 1518.

A carta de Pero de Faria contém duas informações sobre Timor. No meio de um conjunto de exemplos acerca da forma como Jorge de Brito repartia os lucros em seu próprio proveito e dos seus homens, com prejuízo do erário régio, escreve:

“assim mais foi um junco a Timor, em que foi Jorge Fogaça por capitão e dois criados de Jorge de Brito, um por feitor e outro por escrivão; levando vos outrossim a metade nos trouveram trinta bares que ao menos que nos podiam trazer eram duzentas e Jorge de Brito trouxe trinta e tantas e Nuno Vaz e os oficiais outro tanto. Sobre isso caísse a teria toda levantada porque os homens portugueses espancavam os mercadores da terra e os oficiais vossos compraram o dito sândalo a Jorge de Brito o bar a trinta cruzados, pagos logo em cruzados, que é bem diferente, assim a paga como o proveito, valendo lá nas ditas partes o bar a dois cruzados [e] em Malaca, a trinta, é um pouco diferente”.

¹⁶ Carta de Rui de Brito a Afonso de Albuquerque, 6.1.1514, in *Documentação para a História das Missões*, I, p. 54 e carta do mesmo a D. Manuel I, id., *ibid.*, pp. 71-72.

Mais adiante, reporta o afundamento de dois juncos em Timor e dois em Banda, por excesso ou mau acondicionamento da carga, nos quais a fazenda de el-Rei recebeu todo o prejuízo “e Nuno Vaz e Jorge de Brito não perderam nada”¹⁷. É, assim, possível que os dois eventos relatados, a viagem de Jorge Fogaça e a perda de dois juncos, tenham ocorrido em dois anos sucessivos, talvez em 1516 e 1517.

A informação seguinte é de 1518 e denota alguma regularidade nas viagens entre Malaca e Timor. De autor anónimo, mas possivelmente do capitão de Malaca Afonso Lopes da Costa, a carta ao rei faz várias referências ao comércio do sândalo: primeiro, afirma que “os nossos juncos que vão para Banda e Timor e Maluco” fazem escala em Java; mais adiante, que “em Banda e Timor estes reis têm portos muito bons e muitos mantimentos, e são gentios e aborrece-lhes a conversação dos mouros”; por fim, que das ilhas vizinhas de Timor também vinha sândalo, embora “miúdo”, mas “ainda não são descobertas por nós”¹⁸.

A primeira descrição da ilha é da autoria do italiano Antonio Pigafetta, que ali chegou a 25 de janeiro de 1522, a bordo da nau *Victoria*, da armada de Fernão de Magalhães. Durante os anos seguintes, Timor eclipsa-se na documentação portuguesa. Este facto resulta da forma discreta como decorria o comércio do sândalo e à falta de uma presença permanente na ilha, à semelhança da prática seguida pelos mercadores asiáticos. Só na segunda metade do século XVI, com os esforços de criação de uma missão por parte dos dominicanos, é que Timor emergiu lentamente da penumbra, não apenas como fonte de abastecimento de sândalo, mas agora como foco da atividade missionária.

¹⁷ Carta de Pero de Faria a D. Manuel I, 5.1.1518 (?), in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1967, pp. 348 e 355.

¹⁸ Carta a D. Manuel I, 20.8.1518, in *Documentação para a Historia das Missões*, I, pp. 102, 103 e 105.